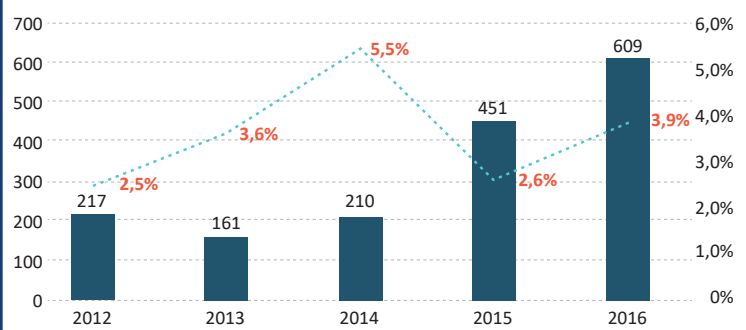


RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE 2016

Cenário Econômico – Indicadores e Impactos no resultado do banco

O ambiente econômico de 2016, acompanhando a taxa de juros Selic que atingiu o patamar de 14,25%, penalizou o mercado imobiliário - segmento que tem como um dos princípios básicos taxas nominais e reais reduzidas e prazos longos. Nesse contexto, o Banco Máxima, com uma base consolidada no segmento imobiliário, sofreu de forma indireta as consequências do recorde de inadimplência e de devolução de imóveis para as pequenas, médias e grandes incorporadoras.

Apesar do recorde histórico do setor e da restrição de crédito que atingiu todo o mercado imobiliário, a nossa inadimplência se manteve sob controle, demonstrando nossa capacidade de originar créditos saudáveis e de constituir uma boa estrutura de formalização desses créditos.



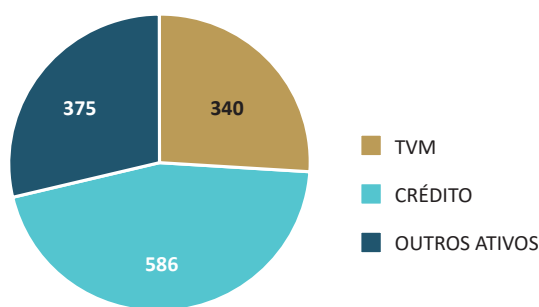
A carteira de crédito chegou a um pico de R\$ 609 milhões, sendo R\$ 501 milhões no setor de varejo e R\$ 108 milhões no setor corporativo, formados básica e majoritariamente por operações de capital de giro junto a incorporadores imobiliários. O LTV médio da carteira encontra-se em torno de 55%, e a quase totalidade de nossa carteira de crédito é garantida por alienação de imóveis, gerando capacidade de lastro para operações de captação com LCI.

O crescimento ao longo dos exercícios demonstra de forma consistente a capacidade de produção de nossa originação de ativos de crédito, bem como a qualidade de nossa carteira constituída. O gráfico apresentado demonstra o índice de "Provisão para Devedores Duvidosos - PDD" de nossa carteira total, da ordem de 3,9%, um índice abaixo da média do mercado.

Um fato que auxilia a manutenção de nosso índice de inadimplência em patamar melhor do que a média do mercado é a nossa capacidade de recuperação de crédito. Temos atuado de forma consistente, principalmente na consolidação de bens no exercício, apresentando um montante recuperado de R\$ 24 milhões, o que demonstra nossa eficiência nesse quesito. Esse ponto é fundamental para atestar a qualidade de nossa carteira de crédito e garantias, frutos de nossa constante busca por excelência nos processos de originação e formalização de créditos.

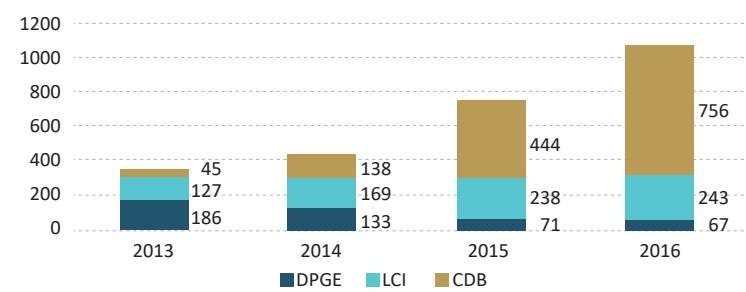
Apresentamos abaixo a distribuição total de nossos ativos no ano de 2016:

Ativo Totais - 2016



Os valores de crédito apresentados estão demonstrados líquidos da provisão para devedores duvidosos - PDD.

A política de captação de recursos na qual trabalhamos implica diversificação e pulverização, tanto diretamente com clientes quanto com uma vasta rede de distribuição, e se mostrou bastante aderente à estratégia adotada. Atingimos um patamar de R\$ 1.066 bilhões em 2016.



Desempenho das Atividades – Exercício 2016

Apesar do resultado negativo no exercício de R\$ 11 milhões, consideramos que o banco teve um bom desempenho no período, dadas as condições macroeconômicas que afetaram ainda mais o setor imobiliário, que é o nicho de atuação da instituição.

O resultado se deve principalmente ao cenário de elevado custo de capital, e à política conservadora da administração para a Tesouraria, em função do momento econômico relatado.

Entretanto, a instituição demonstrou a sua capacidade de manutenção da captação e originação e, principalmente, sua eficiência operacional, conseguindo manter um índice de inadimplência abaixo da média do mercado, mesmo em meio a um período muito conturbado em seu segmento.

A boa gestão realizada neste período nos permite ter uma expectativa muito melhor para a instituição nos próximos anos. A mudança de cenário econômico, já iniciada com a redução da taxa Selic, projeta um resultado muito positivo em 2017, principalmente no que se refere à intermediação financeira. Além disso, as ações tomadas no âmbito de governança corporativa, cortes de custo e de estrutura de capital, bem como o plano de negócios traçado, relatados a seguir, corroboram com a expectativa da Administração de uma boa performance futura, cujos efeitos já começaram a ser sentidos no resultado de 2017.

Plano de Capitalização

A instituição tem atuado de modo consistente e diligente em sua capitalização e na adequação de sua estrutura de capital. Para tanto, promoveu a entrada de um novo acionista, que efetivou aumento de capital conforme abaixo descrito, seguindo o plano de capitalização determinado para a instituição. Esse plano de capitalização imediata do banco, para enquadramento do índice de Basileia, está sendo realizado em etapas, cujo cronograma tem sido cumprido à risca.

Para início do processo de capitalização, o banco necessitou alterar a matriz societária. Em 07 de dezembro de 2016, através de assembleia geral extraordinária, o banco converteu 3.118.157 das ações ordinárias correspondentes a 20% do capital da instituição em ações preferenciais, o que já está homologado pelo BACEN.

Na mesma data, o acionista controlador cedeu, através de transação privada, as 3.118.157 ações preferenciais, correspondentes à participação de 20%, a um novo acionista preferencialista. O processo de homologação encontra-se em fase de análise pelo BACEN.

Em 29 de dezembro de 2016, através de assembleia geral extraordinária, deliberou-se um aumento de capital no montante de R\$ 25 Milhões, com a emissão de 3.597.874 ações preferenciais, integralizadas pelo novo acionista, o que o posicionou com 6.716.031 ações preferenciais, que correspondem a 100% das ações PN e 35% do capital total. O aumento de capital encontra-se em fase de análise no BACEN.

Após as devidas homologações a serem proferidas pelo BACEN, o banco promoverá novo aumento de capital no montante de R\$ 25 Milhões, o que

ocorrerá através de operação de suporte financeiro que já está aprovada pelo conselho de administração do Fundo Garantidor de Créditos - FGC ("Fundo").

Após o aporte acima relatado, será realizado um novo aporte dos atuais acionistas e/ou novos acionistas, encerrando o primeiro ciclo de capitalização da instituição, totalizando R\$ 70 milhões de capital novo integralizado, de modo ao completo enquadramento do índice de Basileia, que deve ocorrer ainda no primeiro semestre de 2017.

Após o término desse primeiro ciclo de capitalização e enquadramento da instituição, a Administração tem como meta a capitalização adicional por meio de aporte de capital e/ou dívida subordinada de investidores qualificados.

Governança

A administração do banco tem tomado medidas austeras e significativas no âmbito da Governança Corporativa. De um lado, promoveu forte redução de custos no que se refere à despesa com pessoal, de modo a focar seu quadro atual no nicho de atuação da instituição; e, por outro lado, criou um plano de governança e metas de desempenho.

Desse modo, a Administração decidiu fazer um acordo operacional com um "player" de mercado, para o qual cedeu a equipe de operação de mercado de capitais (BMF&BOVESPA) e a equipe da operação de câmbio varejo, atividade que era desenvolvida pela Máxima CCTVM S/A. Tais medidas foram formalizadas em contrato próprio, firmado em 20/07/16, estabelecendo a base para o recebimento de 50% de participação sobre o resultado líquido da atividade, com o prazo de validade de 12 (doze) anos. Esta etapa foi concluída no encerramento do mês de agosto de 2016.

Foi ainda realizada redução do quadro funcional em janeiro de 2017, buscando maior eficiência nos processos internos, também obtida através de investimentos em tecnologia e em treinamento para a qualificação do corpo técnico.

O plano de governança corporativa visa a um maior comprometimento e controle das metas por parte do corpo diretivo da instituição, bem como profissionalização, descentralização e eficiência operacional. Os efeitos do novo plano de governança já poderão ser auferidos em 2017, e culminarão com o ingresso de novos diretores estatutários e formação de um Conselho de Administração.

Plano de negócios

Apesar das dificuldades do setor imobiliário nos últimos anos, estamos bastante otimistas para 2017, tendo em vista a melhoria de cenário estrutural para o Brasil, com taxas de juros e inflação menores. Os ativos imobiliários devem seguir uma tendência de estabilização, com redução gradual da inadimplência. A queda de juros tem um efeito positivo na otimização da rentabilidade de nossa carteira, com o barateamento de nosso custo de captação. Nesse sentido, temos vários fatores positivos afetando nossos custos (reorganização administrativa, otimização e redução do custo de captação).

No segundo semestre de 2016, começamos a desenvolver e praticar o negócio de revolvência com a venda de carteiras. Em 2017, esperamos que a revolvência chegue até 30% de nossa carteira de crédito total, o que permitirá à instituição utilizar sua excelente estrutura de originação de créditos de qualidade, sem a necessidade de grande crescimento da estrutura de capital.

Para tanto, foram fechados acordos operacionais com outras instituições de mercado, que possuem funding de capital nacional e internacional, no intuito de efetivar a referida revolvência dos créditos. Os primeiros efeitos dos acordos firmados já foram auferidos em dezembro de 2016, com a venda de R\$ 40 milhões de carteira de crédito.

Enfrentamos nos últimos dois anos uma das maiores crises da história do mercado imobiliário nacional. A boa gestão da instituição no período nos fortaleceu e demonstrou o conhecimento e a eficiência do Banco Máxima no nicho de crédito imobiliário. Temos a convicção de que o pior momento do setor já passou e de que, apesar de uma previsão de lenta retomada, os efeitos positivos já começarão a ser sentidos no ano de 2017.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Banco		Consolidado		Passivo	Nota	Banco		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Ativo circulante						Passivo circulante					
Disponibilidades	5	9.257	24.643	9.926	37.372	Depósitos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez						. Depósitos à vista	14	3.790	9.556	3.138	9.018
. Aplicações em operações compromissadas	6	25.009	40.198	25.009	40.198	. Depósitos interfinanceiros	14	-	7.428	-	227
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8					. Depósitos a prazo	14	<u>457.881</u>	<u>275.520</u>	<u>457.881</u>	<u>275.520</u>
. Carteira própria		190.749	64.151	207.332	72.816	Captações no mercado aberto	15	461.671	292.504	461.019	284.765
. Vinculados a compromissos de recompra		40.175	40.240	40.175	40.240	. Carteira própria		40.020	40.021	40.020	40.021
. Vinculados ao Banco Central		27.549	-	27.549	-	. Carteira de terceiros		-	15.208	-	15.208
. Instrumentos financeiros derivativos		-	2.670	-	8.670	Recursos de aceites e emissão de títulos		40.020	55.229	40.020	55.229
. Vinculados à prestação de garantias		<u>30.661</u>	<u>19.167</u>	<u>30.661</u>	<u>21.877</u>	. Recursos de letras de crédito imobiliário	14	163.936	205.227	163.936	205.227
Relações interfinanceiras						Instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	699	2.066	699	2.066
. Pagamentos e recebimentos a liquidar		34	-	34	-	. Instrumentos financeiros derivativos					
. Créditos vinculados		<u>220</u>	<u>235</u>	<u>220</u>	<u>235</u>	Relações interdependências					
Operações de crédito						. Recursos em trânsito de terceiros		1.127	1.922	1.127	1.922
. Setor privado	9	119.732	99.896	119.732	99.896	Outras obrigações					
. Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		<u>(14.036)</u>	<u>(5.140)</u>	<u>(14.036)</u>	<u>(5.140)</u>	. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4	462	4	462
		105.696	94.756	105.696	94.756	. Carteira de câmbio		-	21.196	-	21.418
Outros créditos						. Sociais e estatutárias		-	635	-	635
. Carteira de câmbio		-	17.592	-	17.592	. Fiscais e previdenciárias		5.929	5.028	6.040	7.457
. Rendas a receber		-	-	23	265	. Negociação e intermediação de valores	10	-	7	1.650	5.832
. Negociação e intermediação de valores	10	103	167	103	2.398	. Diversas	11	<u>21.977</u>	<u>9.643</u>	<u>22.188</u>	<u>10.272</u>
. Créditos tributários	16	3.125	3.661	3.145	4.472	27.910	36.971	29.882	46.076		
. Impostos e contribuições a compensar		2.112	640	2.838	3.226	695.363	593.919	696.683	595.285		
. Diversos	11	235.099	145.646	239.297	149.951	Exigível a longo prazo					
. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		<u>(4.643)</u>	<u>(1.701)</u>	<u>(4.791)</u>	<u>(1.849)</u>	Depósitos	14	-	291	-	291
		235.796	166.005	240.615	176.055	. Depósitos interfinanceiros	14	<u>365.600</u>	<u>238.506</u>	<u>365.600</u>	<u>238.506</u>
Outros valores e bens						. Depósitos a prazo		365.600	238.797	365.600	238.797
. Outros valores e bens	12	31.479	19.852	31.479	19.852	Recursos de aceites e emissão de títulos	14	79.455	32.915	79.455	32.915
. Despesas antecipadas		<u>339</u>	<u>314</u>	<u>362</u>	<u>400</u>	Instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	696	1.530	696	1.530
		31.818	20.166	31.841	20.252	Outras obrigações					
Total do ativo circulante		696.964	472.231	719.058	512.471	. Provisão para riscos fiscais		3.772	3.875	6.375	6.473
Ativo não circulante						. Provisão para passivos contingentes		2.572	746	3.861	1.121
Realizável a longo prazo						. Instrumentos de dívida elegíveis a capital	11	-	8.370	-	8.370
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	34.682	12.665	34.682	12.665	. Diversas		<u>93.446</u>	<u>12.829</u>	<u>93.446</u>	<u>12.829</u>
. Carteira própria						99.790	25.862	103.682	28.793		
Operações de crédito	9	424.128	278.342	424.128	278.342	545.541	299.020	549.433	302.035		
. Setor privado		<u>(8.837)</u>	<u>(6.007)</u>	<u>(8.837)</u>	<u>(6.007)</u>	Participações minoritárias		-	-	-	6.783
. Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		415.291	272.335	415.291	272.335	Patrimônio líquido	18				
Outros créditos						Capital:					
. Créditos tributários	16	51.263	43.894	56.412	46.950	. De domiciliados no País		64.979	39.979	64.979	39.979
. Devedores por depósitos em garantia		7.496	5.014	14.955	11.414	Reservas de lucros		862	862	862	862
. Diversos	11	58.579	86.579	58.579	86.579	Ajuste a valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros e derivativos		593	(725)	593	(725)
. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		<u>(384)</u>	<u>(417)</u>	<u>(384)</u>	<u>(417)</u>	Prejuízo acumulado		<u>(11.354)</u>	<u>-</u>	<u>(11.354)</u>	<u>-</u>
		116.954	135.070	129.562	144.526	Total do patrimônio líquido		55.080	40.116	55.080	40.116
Permanente						Total do passivo e patrimônio líquido		1.295.984	933.097	1.301.196	944.219
Investimentos											
Participações em controladas:	13	30.601	39.671	-	-						
. No País		351	351	351	351						
Outros investimentos		<u>(200)</u>	<u>(200)</u>	<u>(200)</u>	<u>(200)</u>						
Provisões para perdas		30.752	39.822	151	151						
Imobilizado de uso		1.257	890	2.302	1.922						
Intangível		78	78	103	103						
Diferido		<u>6</u>	<u>6</u>	<u>47</u>	<u>46</u>						
		32.093	40.796	2.603	2.222						
Total do ativo não circulante		599.020	460.866	582.138	431.748						
Total do ativo		1.295.984	933.097	1.301.196	944.219						

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	2016	2015
		Reserva legal	Reserva para expansão	Ajuste a Mercado de títulos disponíveis para venda			
Patrimônio líquido no início do exercício	39.979	862	-	(725)	-	40.116	51.312
Aumento de capital	25.000	-	-	-	-	25.000	-
Aumento de capital com recursos líquidos de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	2.000
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	-	-	-	2.561	-	2.561	(1.223)
Efeitos tributários sobre ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda	-	-	-	(1.243)	-	(1.243)	555
Dividendos de lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	(4.017)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(11.354)	(11.354)	(5.411)
Deliberação de JCP	-	-	-	-	-	-	(3.100)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	Banco			Consolidado		
	2º Semes- tre de 2016	2016	2015	2º Semes- tre de 2016	2016	2015
Receitas da intermediação financeira						
Operações de crédito	54.540	97.300	54.057	54.540	97.300	54.057
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	18.652	38.538	26.039	19.530	39.928	27.946
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8	3.118	3.235 (17.065)	3.236	5.484 (21.378)	
Resultado de operações de câmbio	7.181	7.159	23.983	9.501	15.294	45.225
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros						
	7.866	15.820	9.291	7.866	15.820	9.291
	91.357	162.052	96.305	94.673	173.826	115.141
Despesas da intermediação financeira						
Operações de captação no mercado	(85.644)	(157.316)	(103.035)	(85.491)	(156.788)	(102.454)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.144)	(1.144)	-	(1.144)	(1.144)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.631)	(16.966)	(5.619)	(8.631)	(16.966)	(5.619)
	(95.419)	(175.426)	(108.654)	(95.266)	(174.893)	(108.073)
Resultado bruto da intermediação financeira	(4.062)	(13.374)	(12.349)	(593)	(1.072)	7.068
Outras receitas/(despesas) operacionais						
Receitas de prestação de serviços	798	1.981	1.543	1.216	3.217	3.626
Rendas de tarifas bancárias	3	16	19	3	16	19
Despesas de pessoal	(9.508)	(19.574)	(18.131)	(10.794)	(23.416)	(22.086)
Outras despesas administrativas	(13.586)	(26.751)	(30.312)	(17.432)	(38.696)	(47.789)
Despesas tributárias	(705)	(1.816)	(2.691)	(1.586)	(3.683)	(4.824)
Resultado de participações em controladas	(1.579)	(2.925)	4.255	-	-	6.141
Outras receitas operacionais	4.708	14.782	23.827	4.718	14.807	24.000
Outras despesas operacionais	(1.397)	(10.773)	(2.223)	(1.491)	(10.871)	(2.308)
	(21.266)	(45.060)	(23.713)	(25.366)	(58.626)	(43.221)
	(25.328)	(58.434)	(36.062)	(25.959)	(59.698)	(36.153)
Resultado operacional	21	898	41.080	15.040	898	41.045
Resultado não operacional						
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(24.430)	(17.354)	(21.022)	(25.061)	(18.653)
Imposto de renda e contribuição social						
Provisão para imposto de renda	-	-	(1.083)	(1)	(1)	(1.100)
Provisão para contribuição social	-	-	(759)	(1)	(1)	(774)
Ativo fiscal diferido	10.436	6.466	17.460	11.069	7.767	17.586
	10.436	6.466	15.618	11.067	7.765	15.712
Participações de funcionários nos resultados						
Participações de minoritários	(466)	(466)	(7)	(466)	(466)	(7)
Lucro/(Prejuízo) do semestre/ exercício		(14.460)	(11.354)	(5.411)	(14.460)	(11.354)
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações - R\$		(0,93)	(0,73)	(0,35)		

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2016 E 2015
(em milhares de reais)

1. Contexto operacional. O Banco Máxima S.A. ("Banco Máxima" ou "Banco") é uma empresa de capital fechado que desenvolve as atividades de banco comercial por meio das carteiras comercial, de crédito e de câmbio autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Suas controladas atuam em diversos segmentos do mercado com destaques para as atividades de gestão de recursos, operações no mercado de câmbio e de corretagem nas Bolsas de Valores e de Mercadorias e Futuros. As atividades são conduzidas no contexto das empresas integrantes do Grupo Máxima, atuando no mercado de forma integrada. **1.1 Plano de Capitalização.** A instituição tem atuado de modo consistente e diligente para a capitalização e na adequação de sua estrutura de capital. Para tanto, promoveu a entrada de novo acionista, que efetivou aumento de capital conforme apresentado na nota 18(a), seguindo o plano de capitalização determinado para a instituição. Este plano de capitalização imediata do Banco, está sendo realizada em etapas. As etapas do Plano de Capitalização são: "Capitalização", "Securitização e Revolução das Operações", "Redução de Custos" e "Processo de Governança Corporativa", conforme segue: **1ª. Etapa - Capitalização.** Para início do processo de capitalização, o Banco necessitou alterar a matriz societária. Em 07/12/2016 através da assembleia geral extraordinária, o Banco converteu 3.118.157 das ações ordinárias correspondente a 20% do capital da instituição em ações preferenciais, que já está homologado pelo BACEN. Nesta mesma data, o acionista controlador, cedeu através de transação privada as 3.118.157 ações preferenciais, correspondente a participação de 20%, a novo acionista preferencialista. Processo de homologação encontra-se em fase de análise junto ao BACEN. Em 29/12/2016, através da assembleia geral extraordinária, deliberou aumento de capital no montante de R\$ 25 Milhões com a emissão de 3.597.874 ações preferenciais, integralizadas pelo novo acionista o que posicionou com 6.716.031 ações preferenciais que corresponde a 35%. O aumento de capital encontra-se em fase de análise junto ao BACEN. Após as devidas homologações a serem proferidas pelo BACEN, o Banco promoverá novo aumento de capital no montante de R\$ 25 Milhões que ocorrerá através de operação de suporte financeiro que está aprovada pelo conselho de administração do Fundo Garantidor de Crédito - FGC ("Fundo"). A operação de suporte tem na sua estrutura os seguintes passos que estão "finalizados" e "a finalizar": **a) Passo 1:** Pré-pagamento de operação de suporte a liquidez, anteriormente concedida, no montante aproximado de R\$ 25 milhões - Etapa "finalizada" em 25/08/2016; **b) Passo 2:** Reorganização societária e aumento de capital de R\$ 25 Milhões. Etapa "finalizada" pelo novo acionista que está sob análise do BACEN; **c) Passo 3:** Após homologação da nova matriz societária e do aumento de capital, o FGC concluirá a operação de suporte financeiro. A operação é a concessão de financiamento direto aos acionistas com a finalidade exclusiva de aporte no capital do Banco - no montante de R\$ 25 milhões. Após o aporte acima relatado, será realizado um novo aporte dos atuais acionistas e/ou novos acionistas, encerrando o primeiro ciclo de capitalização da Instituição, totalizando R\$70 milhões de capital novo integralizado, de modo ao completo enquadramento do índice de Basileia, ainda no primeiro semestre de 2017. Após o término deste primeiro ciclo de capitalização e enquadramento da instituição, a Administração tem como meta a capitalização adicional por investidores qualificados, por meio de aporte de capital e/ou dívida subordinada. **2ª. Etapa - Securitização, Revolução das Operações e Desalavancagem.** Além da capitalização descrita, a estratégia do Banco para obtenção de resultados recorrentes e imediatos para que o Banco alcance seus devidos enquadramentos dos limites operacionais, está em nosso plano de negócios resultados positivos com securitização da carteira de crédito. Além da obtenção de resultados, estas securitizações têm como objetivo a desalavancagem. Para a securitização das operações o Banco conseguiu efetuar o montante aproximado de R\$ 40 Milhões em operações com este objetivo em 2016. No plano estratégico para 2017, a Administração do Banco tem mantido negociações com "players" de mercado que possui interesse na compra da carteira imobiliária e de produções futuras. Parte destas negociações já possuem Memorandos de Entendimento assinados e dentro de nossas revisões conservadoras teremos no ano de 2017 um total de R\$ 150 milhões de carteira cedida. **3ª. Etapa - Redução de custos.** O Banco com o objetivo de reduzir os custos operacionais e para uma melhor abordagem no modelo de Gestão do Grupo Máxima, a Administração decidiu fazer acordo operacional com "player" de mercado para o qual, cedeu a equipe de operação de mercados de capitais (BMF&BOVESPA) e a equipe da operação de Câmbio Varejo, atividade esta que era desenvolvida pela Máxima CCTVM S/A. Tais medidas foram formalizadas em contrato próprio firmado em 20/07/16, estabelecendo base para o recebimento de 50% (cinquenta por cento) de participação sobre o resultado líquido da atividade, com o prazo de validade de 12 (doze) anos. Esta etapa foi concluída no encerramento do mês de agosto de 2016. Outra ação tomada pela Administração visando redução de custos foi de diminuir o quadro funcional, ocorrida em janeiro de 2017, passando de 92 para 80 colaboradores. Além da redução de custo, a medida teve como objetivo dar maior eficiência nos processos internos obtida através de investimentos em tecnologia e em treinamento com a qualificação do corpo técnico. **4ª. Etapa - Processo de Governança Corporativa.** A Administração do Banco a fim de dar maior transparência ao Mercado sobre as ações que a instituição vem desenvolvendo, objetivando atingir o enquadramento aos limites operacionais em menor espaço de tempo, através da capitalização e das operações que visam obtenção de resultados imediatos passa pela implantação de modelo de gestão/diretoria visa a adequação das funções das atividades dos atuais acionistas com a criação de conselho de acionistas e a definição das atribuições das atividades de novo corpo diretivo do Banco.

2. Apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras do Banco Máxima S.A. e de suas controladas são de responsabilidade da Administração. Foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e demais normas do Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria do Banco em 27/03/2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis. **a) Apuração do resultado.** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **b) Moeda estrangeira.** Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras, foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado. **c) Ativos circulante e realizável a longo prazo. Aplicações interfinanceiras de liquidez.** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **Títulos e valores mobiliários.** Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos definidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **• Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado. **• Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado. **• Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado. **Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos).** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* podem: (i) garantir um constante fluxo financeiro do item objeto do *hedge* (*hedge* de fluxo de caixa) ou (ii) reduzir a exposição a variações de preço do item objeto do *hedge* (*hedge* de mercado). O item objeto do *hedge* pode ser um ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, inclusive derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. As operações com derivativos praticadas pelo Banco são contabilizadas em contas de compensação, pelo valor base dos contratos. Os ajustes dos contratos futuros são apurados diariamente por tipo de ativo e respectivo vencimento e reconhecidos no resultado do período. Os diferenciais a pagar e a receber das operações de "swap" são registrados em contas patrimoniais, pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado. As operações a termo são registradas pelo valor de cotação do mercado à vista, sendo as parcelas a receber ou a pagar em uma data futura ajustadas a valor presente. Os prêmios das opções são contabilizados ao custo e ajustados a valor de mercado com base em cotação de mercado ou modelo de precificação. **Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa.** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na referida Resolução, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Prazo de atraso	Classificação mínima da operação	
De 0 a 14 dias	A	B
De 15 a 30 dias	B	C
De 31 a 60 dias	C	D
De 61 a 90 dias	D	E
De 91 a 120 dias	E	F
De 121 a 150 dias	F	G
De 151 a 180 dias	G	H
Superior a 180 dias	H	

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se reclassificação para menor risco quando ocorre amortização significativa da operação ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam registradas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida. **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo.** São apresentados pelo valor líquido de realização. **d) Permanente. Investimentos.** Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido da provisão para perdas quando aplicável. **Imobilizado.** Registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas anuais que refletem as estimativas de vida útil dos bens, sendo: **• Móveis, equipamentos e sistemas de comunicação** - 10% a.a. **• Sistemas de processamentos de dados** - 20% a.a. **Diferido.** Os gastos diferidos de organização e expansão correspondem basicamente a benfeitorias em imóveis de terceiros. São registrados ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o prazo do aluguel. De acordo com a Resolução nº 3.617/08 do Conselho Monetário Nacional, as instituições financeiras devem registrar no Ativo Diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	Banco			Consolidado		
	2º Semes- tre de 2016	2016	2015	2º Semes- tre de 2016	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre/exercício	(14.460)	(11.354)	(8.511)	(14.460)	(11.354)	(8.511)
Ajuste ao lucro líquido:						
Depreciações a amortizações	-	-	-	-	-	32
Resultado de participações em controladas	1.579	2.924	(4.255)	-	-	-
Resultado da alienação de participação em controlada	-	(22.926)	-	-	-	-
Participações de minoritários	-	-	-	-	(6.783)	1.975
Varição dos ativos e passivos operacionais:						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	22.512	15.189	(40.198)	22.512	15.189	(40.198)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Ativo e passivo	(21.821)	(156.799)	43.703	(35.082)	(186.330)	28.206
Relações interfinanceiras - Ativo e passivo	(207)	(20)	1.151	(207)	(20)	1.151
Relações interdependências - Ativo e passivo	114	(796)	(1.004)	114	(796)	(1.004)
Operações de crédito	(111.165)	(153.897)	(192.692)	(111.165)	(153.897)	(192.692)
Outros créditos e outros valores e bens	(17.648)	(61.368)	(95.713)	(18.746)	(61.184)	(99.560)
Aumento/(redução) em depósitos	38.737	295.969	253.871	41.226	303.056	253.581
Redução em captações no mercado aberto	20	(15.209)	(42.284)	20	(15.209)	(42.284)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(18.541)	5.249	68.176	(18.541)	5.249	68.176
Outras obrigações	90.165	62.951	24.876	84.501	58.696	26.680
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(30.715)	(40.087)	7.120	(49.828)	(53.383)	(4.448)
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aquisição de investimentos	(800)	(1.250)	(7.102)	-	-	(2)
Baixa de investimentos	-	-	5.057	-	-	5.092
Aquisição de imobilizado de uso	(367)	(367)	(52)	(373)	(380)	(88)
Aplicações no intangível	-	-	(41)	-	-	(42)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(1.167)	(1.617)	(2.138)	(373)	(380)	4.960
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Ajuste a mercado de título disponível para venda	403	1.318	(979)	403	1.318	(979)
Aumento de capital	25.000	25.000	2.000	25.000	25.000	2.000
Dividendos pagos a acionistas do Banco	-	-	(4.017)	-	-	(4.017)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	25.403	26.318	(2.996)	25.403	26.318	(2.996)
Redução/aumento de caixa e equivalentes de caixa	(6.479)	(15.386)	1.986	(24.798)	(27.445)	(2.484)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	15.736	24.643	22.657	34.724	37.371	39.856
Caixa e equivalentes de caixa no encerramento do semestre/exercício	9.257	9.257	24.643	9.926	9.926	37.372

a permanência dos saldos existentes em 30/09/2008 até a sua efetiva baixa. **Intangível.** Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos e aquisição de *softwares* são reconhecidos como ativo intangível. **e) Passivos circulante e exigível a longo prazo. Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos.** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata *diá*. **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo.** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. **f) Provisões.** Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g) Imposto de renda e contribuição social.** A provisão para imposto de renda no Banco e controlada financeira é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%. Acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% (15% até agosto de 2015). Nas demais controladas do Banco, a alíquota de contribuição social é 9%, e algumas apuram imposto de renda e contribuição social com base no regime de lucro presumido. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1/09/2015 e 31/12/2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015). Os impostos ativos e passivos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social foram constituídos em conformidade com a Resolução nº 3.059 do CMN de 20/12/2002, alterada pela Resolução nº 3.355 do CMN de 31/03/2006, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Diretoria do Banco. Os impostos diferidos foram constituídos com base na alíquota para o imposto de renda de 25% e para a contribuição social de 20%. **h) Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment").** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução nº 3.566 do CMN de 29/05/2008, se, com base na análise da Administração, o valor contábil dos ativos do Banco e suas controladas exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado. **i) Estimativas contábeis.** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, a provisão para contingências e a valorização de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco e as suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente.

4. Demonstrações financeiras consolidadas. As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas demonstrações do Banco Máxima S.A. e as de suas controladas ("Grupo Máxima") a seguir relacionadas:

Participações diretas do Banco Máxima S.A.	2016	2015
Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF):		
Máxima S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários.	100,00%	100,00%
Máxima Asset Management Ltda.	99,99%	99,99%
Maximainvest Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Maximainvest")	100,00%	100,00%
Máxima Realty S.A. ("Realty") (i)	-	52,16%
Conglomerado Financeiro:		
Máxima S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários.	100,00%	100,00%

(i) AGE de 23/07/2015, foi deliberado aumento de capital de R\$3.000 com a emissão de 3.000.000 novas ações. Em consequência o capital passou de R\$3.168 para R\$6.168 representado por 6.168.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. AGE de 31/07/2015, foi deliberado aumento de capital de R\$50.022 com a emissão de 6.168.000 novas ações ordinárias nominativas, com o preço de emissão fixado em R\$8,11 por ação. Nesta data foi subscrita e integralizada o montante de R\$8.110 que perfaz o total de 1.000.000 de ações pela Milo Investimentos S/A. Em consequência o capital subscrito passou de R\$6.168 para R\$12.336 representado por 12.336.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Nesta data o Banco passou a deter 86,05% da participação da Companhia. AGE de 23/12/2015, foi deliberado o cancelamento de 5.168.000 ações ordinárias nominativas que corresponde ao montante de R\$41.912. Em consequência o capital subscrito passou de R\$12.336 para R\$7.168 representado por 7.168.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente integralizado. Em dezembro de 2015, através de "Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações", o Banco alienou parte de sua participação societária na Companhia através da venda do montante de 2.429.099 ações que corresponde a 33,89% da sua participação. Em consequência o Banco passou a deter o total de 3.738.901 ações ordinárias nominativas sem valor nominal que corresponde a 52,16% da participação societária. A venda resultou na receita não operacional pela alienação da participação societária no montante de R\$14.892. Em 29/01/2016, o Banco converteu sua participação societária de 52,16% correspondente a 3.738.901 ações ordinárias no fundo de investimento imobili

	Banco		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Instrumentos financeiros derivativos				
Posição passiva:				
Swap - Diferencial a pagar	1.395	1.395	3.551	3.551
Prêmios de opções lançadas - Ativos financeiros	-	-	61	45
Total	1.395	1.395	3.612	3.596
Passivo circulante	-	699	-	2.066
Passivo não circulante	-	696	-	1.530

7.2. Segregação da carteira em faixas de vencimento

	Banco		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Posição ativa:				
Vencido				
Sem vencimento	105.398	113.845	27.661	36.169
Até 3 meses	17.011	17.010	2.908	2.908
De 3 a 12 meses	76.219	76.372	52.287	52.266
De 1 a 3 anos (a)	50.825	51.485	27.677	27.240
De 3 a 5 anos (a)	53.123	53.386	20.310	54.220
Acima 5 anos (a)	10.926	11.718	-	10.926
Total	313.502	323.816	132.037	138.893
Posição passiva:				
Até 3 meses	699	699	2.082	2.066
De 1 a 3 anos	696	696	784	784
De 3 a 5 anos	-	-	746	746
Total	1.395	1.395	3.612	3.596

a) Os títulos classificados na categoria "para negociação" com vencimento superior a 12 meses são classificados no ativo circulante conforme determinado na Circular BACEN nº 3.068/01. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores ou modelos de precificações.

8. Instrumentos financeiros derivativos. Os contratos derivativos tiveram seus valores "nacionais" registrados em contas de compensação e os ganhos e perdas registrados em contas patrimoniais em contrapartida a contas de resultado. A utilização de instrumentos financeiros e operações envolvendo derivativos com o intuito de administrar exposições e riscos ("hedge") podem ser contratadas de forma global, correlacionadas à posição líquida assumida pelo Banco e suas subsidiárias em determinados mercados ou vinculadas a determinados ativos e passivos financeiros para obtenção de proteção específica. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, swap, opções e termo, é apurado de acordo com os seguintes critérios:

- **Operações de futuros:** com base nos ajustes apropriados/pagos diários;
- **Operações de swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes "curvas" de juros, obtidas com base nos preços da BM&F e/ou nos preços de mercado; e
- **Operações de opções:** preço médio de negociação no dia da apuração ou, quando não disponível, com base em modelos estatístico-matemáticos de definição de preços. Os valores dos contratos de instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas de compensação, estão assim demonstrados:

	Banco		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mercado de futuros:				
Posição comprada: . WDO	-	-	-	-
Posição vendida: . Dolar	-	-	-	-
. Euro	-	-	-	-
Mercado a termo: . Venda a termo a receber	-	-	-	-
Swap:				
Posição ativa: . VCP	-	-	65.000	9.956
. CDI + Taxa prefixada	-	-	77.444	98.392
Posição passiva: . IGPM + Taxa prefixada	-	-	78.840	111.899
Mercado de opções - Posição vendida: . Ações	-	-	-	-
Segregação dos contratos de futuros, termo e de Swap:	-	-	-	-

	Banco			Consolidado	
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	2016	2015
Posição comprada: . Futuros	-	-	-	-	-
. Termo	-	-	-	-	-
. Swap	25.042	30.608	21.795	77.444	108.348
Posição vendida: . Futuros	25.741	31.523	21.576	78.840	111.899
. Swap	-	-	-	-	-
. Opções	-	-	-	-	-

Os valores de receitas e despesas líquidas com instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre de 2016	2016	2015	2º Semestre de 2016	2016	2015
Contratos de futuros	1.184	4.828	(4.895)	1.302	7.077	(9.208)
Contratos de opções	(140)	(95)	2.221	(140)	(95)	2.221
Contratos a termo	449	662	397	449	662	397
Contratos de swap	1.625	(2.160)	(14.788)	1.625	(2.160)	(14.788)
Total	3.118	3.235	(17.065)	3.236	5.484	(21.378)

9. Operações de crédito. Banco e Consolidado. As operações de crédito por modalidade e os respectivos níveis de risco e provisionamento estão demonstrados conforme a seguir:

	Faixas								2016	2015
	AA	A	B	C	D	E	F	G		
Setor Privado:										
Indústria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	123
Outros serviços	-	1.017	1.301	-	-	-	-	-	346	2.664
Crédito Imobiliário	-	334.251	18.425	12.983	7.078	3.756	1.581	1.638	5.357	385.069
Comercio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.373
Transporte	-	619	-	-	-	-	-	-	-	619
Pessoas físicas - Crédito										
• Pessoal Seguimento Imobiliário	-	4.320	7.921	-	-	-	-	-	-	12.241
Inc. Empreend. Imobiliários	-	35.320	24.178	31.440	9.741	14.604	7.142	-	-	122.425
Pessoas Físicas -										
• Empréstimo Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.067
Pessoas físicas - Home Equity										
Total	-	11.664	6.923	367	757	183	948	-	-	20.842
Total	-	387.191	58.748	44.790	17.576	18.543	9.671	1.638	5.703	543.860
Provisão para créditos de liquidação duvidosa:										
Mínimo requerido - %	-	0,5	1	3	10	30	50	70	100	-
Valor	-	(1.936)	(587)	(1.344)	(1.758)	(5.563)	(4.836)	(1.146)	(5.703)	(22.873)
Saldo líquido	-	385.254	58.161	43.446	15.819	12.980	4.836	491	-	520.987

Em 31/12/2016, o Banco possuía direitos de crédito adquiridos com retenção substancial de riscos e benefícios do cedente que encontra-se registrada em "Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativo" no grupo "Outros Créditos" no montante de R\$65.193 (2015 - R\$72.786) e a provisão correspondente de R\$ (3.409) e 2015 R\$ (500) (Vide Nota Explicativa nº 11). Essas operações de crédito por modalidade e os respectivos níveis de risco e provisionamento estão demonstrados conforme a seguir:

	Faixas								2016	2015
	AA	A	B	C	D	E	F	G		
Crédito Imobiliário										
Total	-	39.396	25.797	-	-	-	-	-	-	65.193
Total	-	39.396	25.797	-	-	-	-	-	-	65.193

Provisão para créditos de liquidação duvidosa:
Mínimo requerido - %
Valor

	-	0,5	1	3	10	30	50	70	100	-
Valor	-	(197)	(258)	-	-	-	-	-	-	(455)
Saldo líquido	-	39.199	25.539	-	-	-	-	-	-	64.738

O Banco na aquisição das carteiras imobiliárias obtém resultados positivos nestas operações, que são apropriados pelo prazo remanescente dos créditos adquiridos. O resultado advém das diferenças de taxas praticadas entre o valor dos contratos e a taxa de aquisição, cujo o saldo a apropriar é o montante de R\$32.798 (2015 - R\$13.143), registrado em "Outras Obrigações". (Vide Nota Explicativa nº 10).

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Composição da carteira por faixa de vencimento				
Créditos vencidos:				
. A partir de 15 dias	41.102	3.752	-	-
Créditos a vencer:				
. Até 3 meses	14.661	31.635	-	-
. 3 a 12 meses	63.970	64.509	-	-
. 1 a 3 anos	120.277	136.111	-	-
. 3 a 5 anos	73.909	49.387	-	-
. 5 a 15 anos	224.098	92.843	-	-
. Acima de 15 anos	5.845	-	-	-
Total	502.777	374.485	543.860	378.237

Recuperações, consolidações, renegociações e baixas para prejuízo

Créditos recuperados - consolidação de propriedade	24.357	5.150	-	-
Quantidade de contratos renegociados	220	6	-	-
Valor total dos contratos renegociados	145.901	11.423	-	-
Valor total dos créditos baixados para prejuízo	2.642	3.054	-	-
Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa	2016	2015		

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Carteira ativa				
Saldo inicial em 1º de janeiro	11.147	11.120	-	-
Constituições/(reversões)	14.368	3.793	-	-
Baixas para prejuízo	(2.642)	(3.767)	-	-
Saldo final em 31 de dezembro	22.873	11.146		
Carteira adquirida com coobrigação	2016	2015		
Saldo em 31/12/2015	500	161	-	-
Constituições/(reversões)	(45)	339	-	-
Saldo em 31/12/2016 (incluído em outras obrigações - Nota Explicativa nº 10)	455	500		

Durante o exercício, o Banco efetuou as seguintes operações de cessões de créditos:

	2016		2015	
	Valor	Resultado	Valor	Resultado
da cessão contábil a Apropriar da cessão contábil	80.551	77.628	2.923	62.314
Outros créditos				
Outras obrigações				
Total	103	167	103	2.398

Cedidos sem coobrigação:

. Pessoas jurídicas não integrantes do sistema financeiro

10. Negociação e intermediação de valores

	Banco		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Devedores/Cretores por liquidação pendente	103	167	103	2.398
Operações com ativos financeiros a liquidar	-	-	7	34
Total	103	167	103	2.398

11. Outros créditos e outras obrigações - diversos

Outros créditos

Adiantamentos e antecipações diversas

Títulos e créditos a receber (a)

Recebimentos de parcelas de operações de crédito

Direitos a receber por venda ou transferência de ativo (Nota 9)

Valores a liquidar de operações de câmbio

Venda de ações da Máxima Realty

Valores a receber por cessão de créditos (b)

Despesas de operações de créditos a apropriar

Recebíveis pela venda da dação (c)

Recebíveis pela venda de bens (d)

Indenizações a receber (e)

Recebíveis por execução de fiança (f)

Valor a receber de CDB vinculado à operação de crédito (g)

Garantia de aluguel

Outros

Total

Ativo circulante

Ativo não circulante

Outras obrigações

Despesas de pessoal a pagar	1.033	979	1.043	1.173
Outras despesas administrativas a pagar	147	542	161	768
Resultado de Cessão de crédito a apropriar (h)	32.798	13.143	32.798	13.143
Operações de crédito a repassar vinculadas a cessão (i)	73.651	-	73.651	-
Rendas de cessão de créditos a apropriar	2.923	-	2.923	-
Operações de Câmbio a liquidar	300	-	300	-
Operações de crédito a liberar	-	5.266	-	5.266
Honorários advocatícios (j)	3.095	1.838	3.095	1.838
Outros	1.476	704	1.663	913
Total	115.423	22.472	115.634	23.101
Passivo circulante	21.977	9.643	22.188	10.272
Passivo não circulante	93.446	12.829	93.446	12.829

(a) A Máxima Realty mantinha registrado em seu ativo o valor de R\$5.429 oriundo de pagamentos mensais complementares de aluguel do imóvel cedido ao então Fundo Máxima Renda Corporativa, enquanto tramitava as ações de revisão de aluguel perante os juízos das 22ª e 7ª Varas Cíveis da Comarca da Capital do Estado do RJ. Em 30/06/2014, por meio do instrumento particular de cessão de direito, foi celebrado acordo para encerramento destas ações, que concedeu a Máxima Realty o direito de receber todo o valor pago em 72 parcelas mensais corrigidas pela taxa mensal do CDI. Em 19/09/2014, houve o 1º aditamento para registrar a cessão dos direitos dos recebíveis deste Instrumento para o Banco Máxima S/A. Após as atualizações e os recebimentos verificados, o saldo em 31/12/2016 é de R\$4.220 (2015 - R\$4.296). Face aos atrasos no recebimento das parcelas, foi constituída provisão no valor de R\$2.954. Tal provisão encontra-se registrada no resultado na conta de "Provisão para outros créditos" em contra partida da conta retificadora do ativo de "Outros créditos em liquidação". (b) Valores a receber decorrente de operações de créditos imobiliários cedidas com retenção de riscos. O saldo em 31/12/2016 é de R\$77.322 e estão assim distribuídos:

- Gaia Securitizadora S/A - R\$57.514
- Esmeralda - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - R\$19.812.
- (c) O saldo a receber decorre da transação de compromisso de compra e venda de dois imóveis, realizadas em 30/12/2013 pela Maximainvest Securitizadora de Créditos Financeiros S/A. Os termos de recebimento dessas vendas foram de: recebimento em 10/01/2014 o montante de R\$1.765 e o saldo remanescente de R\$7.060 pagos em 48 meses, mensais e consecutivos, com a primeira após 134 dias da assinatura do instrumento particular de compra e venda; As parcelas serão atualizadas pelo IGPM-FGV, acrescidas de 10% ao ano. Em 31/01/2014 a Maximainvest Securitizadora S.A. cede ao Banco Máxima S. A. esses recebíveis. Em 29/08/2016, por Instrumento Particular o Banco Máxima cedeu os direitos em troca de quotas do Fundo Brazil Realty FII. O saldo a receber no ativo não circulante em 31/12/2016 é de R\$- (2015 R\$7.105) no

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2017	1.040	832	696	557	3.125
2018	1.420	1.136	1.155	924	4.635
2019	2.500	2.000	975	780	6.255
2020	3.670	2.936	86	69	6.761
2021	2.498	1.998	4.303	3.442	12.241
2022	1.646	1.351	146	116	3.259
2023	-	-	108	86	194
2024	-	-	381	304	685
2025	-	-	270	216	486
2026	-	-	6.793	5.250	12.043
Total em 31/12/2016	12.774	10.253	14.913	11.744	49.684
Total em 31/12/2015	15.832	12.483	8.951	7.196	44.462

O valor presente dos créditos tributários em 31/12/2016 é de R\$31.101 (2015 - R\$25.869) no Banco e R\$33.382 (2015 - R\$23.648) no Consolidado, descontados à taxa DI Futura divulgada pela BM&FBOVESPA S.A..

b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social	Banco			Consolidado		
	2º Semestre de 2016	2016	2015	2º Semestre de 2016	2016	2015
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(24.430)	(17.354)	(21.022)	(25.061)	(18.653)	(21.113)
Juros sobre capital próprio	-	-	(3.100)	-	-	(3.100)
Participações de funcionários nos resultados	(466)	(466)	-	(466)	(466)	-
Total	(24.896)	(17.820)	(24.122)	(25.527)	(19.119)	(24.213)
Alíquotas combinadas de imposto de renda e contribuição social	45%	45%	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesas de imposto de renda e contribuição social no resultado	11.203	8.019	10.855	11.487	8.604	10.896
Efeitos tributários das adições e exclusões:						
Resultado de participações em controladas	711	1.316	1.914	-	-	2.763
Outros	(1.478)	(2.869)	2.849	(420)	(839)	2.053
Imposto de renda contribuição social no resultado do semestre/exercício	10.436	6.466	15.618	11.067	7.765	15.712

17. Transações relevantes com partes relacionadas

	2016		2015	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Banco Máxima S.A.				
Máxima S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários:				
. Depósitos à vista	-	(494)	-	(317)
. Depósitos interfinanceiros	-	-	-	(7.201)
. Devedores/Credores - contas de liquidação pendentes	-	-	-	(1.952)
. NF Prestação de Serviços a Liquidar	-	-	-	(258)
. Despesas de prestação de serviços	-	-	-	(1.249)
. Despesas de depósitos interfinanceiros	-	(528)	-	(582)
Máxima Asset Management Ltda.:				
. Depósitos à vista	(109)	-	(35)	-
Máximainvest Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.:				
. Depósitos à vista	(49)	-	(163)	-
Máxima Realty S.A.:				
. Depósitos à vista	-	-	-	(23)

Durante o exercício foram pagos R\$720 (2015 - R\$760), no Banco e R\$1.437 (2015 - R\$1.616), no Consolidado, a título de honorários da Diretoria.

18. Patrimônio líquido. a) Capital social. O capital social em 31/12/2016 está representado por 12.472.629 (2015 - 15.590.786) ações ordinárias e 6.716.031 (2015 - 0) ações preferenciais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas perfazendo o montante de R\$64.979 (2015 - R\$39.979). O capital social apresentado está em processo de análise junto ao Banco Central do Brasil - BACEN para homologação. A composição do capital social apresentado está constituído através dos atos societários e eventos a seguir descritos: - AGE de 07/12/2016 - Conversão de 3.118.157 ações ordinárias em ações preferenciais. Determinando que o capital social está representado por 12.472.629 ações ordinárias e 3.118.157 ações preferenciais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas perfazendo o montante de R\$39.979. Ato homologado pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 20/12/2016; - Em 08/12/2016 - Foi apresentado ao Banco Central do Brasil - BACEN o documento CAPEF - Mapa Composição de Capital, acompanhado do "Instrumento Particular de Dação em Pagamento Celebrado sob Condição Suspensiva, e Outras Avenças", apresentando a reorganização societária com novo acionista preferencialista no capital social do Banco, com a transferência escriturada no livro registro de ações. A nova composição societária do Banco ocorreu após a transmissão pelo acionista controlador da totalidade das 3.118.157 ações preferenciais, sem valor nominal, referente a 20% do capital social. Esta operação está sob análise do Banco Central do Brasil - BACEN para homologação; - AGE de 29/12/2016 - O Banco emitiu 3.597.874 ações preferenciais, sem valor nominal, aumentando o capital social no montante de R\$25.000, ficando representado pelo montante de R\$64.979. O acionista preferencialista, integralizou a totalizada das ações preferenciais emitida e passou a deter 35% de participação do capital social do Banco. O capital social está representado por 12.472.629 ações ordinárias e 6.716.031 ações preferenciais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas perfazendo o montante de R\$64.979. O aumento de capital está sob análise do Banco Central do Brasil - BACEN para homologação. **b) Reserva legal.** Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço, até atingir 20% do Capital Social conforme previsto na legislação societária. **c) Reserva para expansão.** Durante o exercício findo em 31/12/2016 o Banco Máxima S.A. em virtude de não possuir lucros no exercício não foi constituída a reserva. No exercício de 2015, saldo acumulado desta reserva foi revertida em parte da Retenção dos Lucros, transferindo para Lucros Acumulados o valor de R\$4.017. **d) Dividendos e juros sobre o capital próprio.** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido do exercício, após as destinações específicas. Durante o exercício de 2016 não foram distribuídos dividendos, em 2015 foram distribuídos o montante de R\$4.017 sobre lucros de exercício anterior. Conforme a Assembleia Geral Extraordinária de 30/12/2015 foi deliberada a distribuição de Juros sobre o capital próprio no montante de R\$3.100 com retenção de 15% de imposto de renda na fonte de R\$465. Do valor líquido de R\$2.635, R\$2.000 foram destinados a aumento de capital e o restante, R\$635 disponibilizados aos sócios.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do BANCO MÁXIMA S.A.
Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BANCO MÁXIMA S.A. e suas controladas, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do BANCO MÁXIMA S.A. em 31/12/2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Base para opinião. Apuração dos Limites Operacionais: Conforme apresentado na nota explicativa 19, em 31/12/2016, o Conglomerado Máxima está apresentando um quadro de insuficiência em relação aos requerimentos regulamentares mínimos necessários definidos na Resolução nº 2.099/94 do CMN e regulamentação complementar do BACEN. O Conglomerado Máxima optou por apurar os limites com base no consolidado operacional, no qual são consolidadas apenas as instituições financeiras do grupo, dessa forma está apresentando uma insuficiência de margem de R\$74.511, Basileia, para suportar os riscos decorrentes de suas operações.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião não modificada sobre as demonstrações financeiras individuais e com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ênfase. Plano de Capitalização. Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.1 Plano de Capitalização que detalha as etapas cumpridas e em cumprimento que visa a adequação da instituição ao índice de Basileia. **Capitalização.** No tocante as etapas cumpridas do Plano de Capitalização, destacamos o conteúdo da nota explicativa 18a, onde estão apresentadas as alterações ocorridas na composição do capital social do Banco e ainda o aumento de capital realizado no montante de R\$ 25 milhões. As alterações estão em processo de análise para homologação junto ao Banco Central do Brasil - BACEN. **Indenizações a receber.** Conforme descrito na nota explicativa 11e, o Banco possuía em 31/12/2016 direito a receber indenização no montante atual de R\$ 123.514 mil, referente aos prejuízos decorrentes do descumprimento das condições de conversão de ações, pactuadas no Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, incluindo-se a os montantes decorrentes da aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, que, em opinião legal emitida pelos assessores jurídicos do Banco, datada de 27/05/2014, foi considerada a probabilidade do êxito como "praticamente certa" face a todos os elementos disponíveis inclusive a solvência e capacidade financeira do devedor. A NBC TG 25, aprovada pela Resolução CMN 3.823/09, define ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Além disso, determina que os ativos contingentes não sejam reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado por surgirem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. Tendo em vista que a probabilidade de êxito é praticamente certa, as Administrações do Banco, através de seus assessores jurídicos, entenderam que o direito a receber indenização da CEEE não é um ativo contingente, considerando todos os elementos envolvidos, inclusive a solvência e capacidade financeira do devedor e a norma acima mencionada.

Créditos tributários diferidos. Chamamos a atenção para a nota explicativa 16a, onde estão apresentados créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias nos montantes de R\$ 49.684 mil e R\$ 54.853 mil referentes, respectivamente, aos balanços patrimoniais individual e consolidado. Tais créditos foram reconhecidos tendo como base projeções financeiras e planos de negócios atuais aprovados pela Administração do Banco, incluindo estudos de conjuntura atual e cenários futuros de premissas utilizadas na elaboração das referidas projeções. A realização destes créditos tributários considera a materialização dessas projeções e planos de negócios aprovados pela Administração do Banco.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor. A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras

19. Limites operacionais. As instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderados por fatores de risco definidos na Resolução nº 2.099/94 do CMN e em regulamentação complementar do BACEN. O Banco Máxima S.A. optou por apurar os limites com base no consolidado operacional, no qual são consolidadas apenas as instituições financeiras do grupo. Os principais limites estão assim demonstrados:

	2016		
	Exigência	Situação	Margem
Consolidado Operacional			
Basileia total	79.095	4.584	(74.511)
Imobilização	2.312	2.505	(193)
Capital realizado mínimo	17.500	39.979	22.479

20. Provisões, passivos e contingências passivas. O Banco e suas controladas encontram-se envolvidos em processos de naturezas trabalhistas, previdenciária, fiscais e cível. Com base em pareceres de seus advogados externos, o Banco e suas controladas constituem provisões para perdas nas ações consideradas como de perda provável e contabilizam contas a pagar para as obrigações legais. **a) Contingências passivas não contabilizadas.** O valor das causas consideradas pelos contadores externos e pela Administração como de perda possível, em 31/12/2016, é de R\$1.335 (2015 - R\$7.296) no Banco e R\$5.633 (2015 - R\$11.008) no Consolidado, referentes principalmente a questionamento relativos à tributação de PIS e COFINS no resultado gerado pela desmutualização dos títulos patrimoniais da BM&F e CETIP, a atrasos na entrega das declarações acessórias trimestrais e mensais da CPMF e referentes à dedutibilidade de despesas operacionais na base de apuração do imposto de renda. **b) Composição e movimentação das provisões.** As provisões contabilizadas no passivo e os correspondentes depósitos judiciais contabilizados no ativo estão assim demonstrados:

	2015					2016
	2015	Acréscimos	Atualizações	Estornos/ Reversões	2016	
Banco						
Processos trabalhistas:						
. Provisões	155	-	-	-	-	155
. Depósitos	240	288	-	-	-	528
Processos cíveis:						
. Provisões	608	1.826	-	-	-	2.434
. Depósitos	-	1.826	-	-	-	1.826
Processos fiscais e previdenciários:						
. Provisões	49	-	-	-	-	49
. Depósitos	607	-	32	-	-	639

	2015					2016
	2015	Acréscimos	Atualizações	Estornos/ Reversões	2016	
Consolidado						
Processos trabalhistas:						
. Provisões	548	914	-	-	-	1.462
. Depósitos	636	1.340	-	-	-	1.976
Processos cíveis:						
. Provisões	617	1.826	-	-	-	2.443
. Depósitos	2.783	1.826	-	-	-	4.609
Processos fiscais e previdenciários:						
. Provisões	461	-	-	-	-	461
. Depósitos	1.259	-	216	-	-	1.475

c) Passivos por obrigação legal. Em 31/12/2016 e 2015, referem-se principalmente ao questionamento da constitucionalidade da Lei nº 9.316, que veta a dedutibilidade de CSLL na base de cálculo do IRPJ e dela mesma, e da contribuição previdenciária de INSS sobre as indenizações rescisórias, devida conforme exige a redação do §2º, artigo 22 da Lei nº 8.212. A movimentação no exercício foi conforme se segue:

	2015					2016
	2015	Acréscimos	Atualizações	Estornos/ Reversões	2016	
Banco						
Processos fiscais e previdenciários:						
. Contas a pagar	3.810	-	-	-	104	3.706
. Depósitos	4.167	-	336	-	-	4.503
Consolidado						
Processos fiscais e previdenciários:						
. Contas a pagar	5.967	-	-	-	97	5.870
. Depósitos	6.736	-	158	-	-	6.894

21. Resultado não operacional. Refere-se substancialmente ao lucro obtido com a subscrição das ações da Máxima Realty S.A. no Brazil Realty Fundo de Investimento Imobiliário - FII R\$ 22.926, conforme descrito na nota nº 4 (iii), e na reversão da provisão sobre as cotas do fundo BRAZILIAN GRAVEYARD - FII R\$ 17.767 em virtude da venda parcial das cotas contabilizadas em "Bens não de uso Próprio" e resultado com demais eventos não operacionais R\$ 387 e consolidado R\$ 352.

22. Outras informações. • Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, estão custodiados na CETIP, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC ou BM&FBOVESPA S.A., exceto quotas de fundos de investimentos não negociados em bolsa, cujos registros são mantidos pelos respectivos administradores. • A Máxima S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários é responsável pela administração de fundos e clubes de investimento, cujos patrimônios líquidos, em 31/12/2016, totalizavam R\$8.683 (2015 - R\$12.350). • A Máxima Asset Management Ltda. é responsável pela Gestão de fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos, em 31/12/2015, totalizavam R\$17.087 (2015 - R\$57.184). • Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante legislação específica aplicável.

23. Gerenciamento de riscos. i) Risco de Mercado. O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que mantém independência com relação à mesa de operações. A Instituição está em conformidade com as exigências estabelecidas pela Resolução CMN 3.464/07, que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, atendendo todos os prazos por esta estabelecidos. O departamento de Risco de Mercado também é responsável pelos cálculos referentes a Basileia II, de que trata a Resolução 3.490/07. **ii) Risco Operacional.** O Grupo Máxima possui estrutura de gerenciamento de risco operacional, de acordo com as melhores práticas do mercado e em integral atendimento à regulamentação vigente. O modelo de gestão, os conceitos, as categorias, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações e o processo de divulgação, que garante a transparência devida das atividades de gerenciamento, encontram-se devidamente formalizados na Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais. O gerenciamento de risco operacional é efetuado por departamento responsável pela verificação e cumprimento das diretrizes estabelecidas na Política em questão, possuindo independência hierárquica e funcional tanto em relação ao Departamento de Auditoria Interna quanto às áreas de negócio. **iii) Risco de Crédito.** O Grupo Máxima implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução 3.721 de 30/04/2009. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito permite a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos do Grupo Máxima. O Risco de Crédito tem como objetivo avaliar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas, fazer a avaliação prévia de novas modalidades de operação quanto ao risco de crédito e verificar se estão adequadas aos procedimentos e controles adotados pelo Grupo Máxima e ainda, realizar simulações de condições extremas (testes de estresse), englobando ciclos econômicos, alteração das condições de mercado e de liquidez, inclusive da quebra de premissas, cujos resultados devem ser considerados quando do estabelecimento ou revisão das políticas e limites.

iv) Risco de Gerenciamento de Capital. O Grupo Máxima implementou sua estrutura de gerenciamento de capital, de acordo com o estabelecido pela Resolução nº 3.988, de 30/06/2011. A estrutura e o processo de gerenciamento de capital adotado pelo Banco contam com um conjunto de conceitos e instrumentos que estão compatíveis com o nível de operações e complexidade de produtos e serviços, bem como à exposição aos riscos a que está exposto. A descrição da estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se disponível para consulta na internet, no site do Banco Máxima (www.bancomaxima.com.br).

ASSINATURAS

ADIRETORIA | Angelo Antonio Ribeiro da Silva - Contador CRC-RJ-081.990/O-2

informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 27/03/2017.
CROWE HORWATH BENDORAYTES & CIA. Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8
SERGIO BENDORAYTES
Contador - CRC 1RJ 064460/O-2